

Agroextrativismo no Vale do Jari: o caso da Reserva Extrativista do Rio Cajari

Willis Freitas Penha

Danilo Sorato Oliveira Moreira

Resumo

O presente artigo é produto de uma investigação cujo principal objetivo foi captar o processo histórico do agroextrativismo na região do Vale do Jari, com especial atenção para a criação da Reserva Extrativista do Rio Cajari. Ele resulta de pesquisa baseada, principalmente, em levantamento bibliográfico e documental. Os instrumentos utilizados foram, portanto, a pesquisa bibliográfica, junto a plataformas acadêmicas (abarcando periódicos, teses e dissertações), e a pesquisa documental, com vistas a inventariar as leis que tratam da temática. Os resultados da pesquisa, apresentados e examinados neste artigo, apontam para três momentos distintos: o primeiro corresponde à luta pelo território; o segundo se refere à gestão do espaço; e o terceiro diz respeito ao modo de vida das populações locais. Assim, os resultados informam a trajetória de luta, a forma de organização e também as características das populações que habitam/vivem no Vale do Jari.

Palavras-chave | Agroextrativismo; RESEX; território; Vale do Jari.

Classificação JEL | JEL O13 Q15 R14.

Agro-extractivism in the Jari Valley: the case of the Cajari River Extractive Reserve

Abstract

This article is the product of an investigation whose main objective was to capture the historical process of agro-extractivism in the Jari Valley region, with special attention to the creation of the Cajari River Extractive Reserve. It is the result of research based mainly on bibliographical and documentary research. The instruments used were bibliographical research on academic platforms (including periodicals, dissertations etc.) and documentary research, with a view to making an inventory of the laws that deal with the subject. The results of the research, presented and analysed in this article, point to three distinct moments: the first corresponds to the struggle for territory; the second refers to the management of space; and the third concerns the way of life of local populations. In this way, the results provide information on the trajectory of the struggle, the form of organisation and also the characteristics of the people who live in the Jari Valley.

Keywords | Agro-extractivism; Jari Valley; RESEX; territory.

JEL Classification | O13 Q15 R14.

Agroextractivismo en Vale de Jari: el caso de la Reserva Extractiva de Rio Cajari

Resumen

Este artículo es producto de una investigación cuyo objetivo principal fue investigar el proceso histórico del agroextractivismo en la región del Vale do Jari, con especial atención en la Reserva Extractiva Río Cajari. Se trata de una investigación basada, principalmente, en un levantamiento bibliográfico y documental. Los instrumentos utilizados fueron, por lo tanto, un análisis bibliográfico con plataformas académicas (abarcando revistas, tesis y disertaciones) y un análisis documental, con el fin de inventariar las leyes que tratan sobre el tema. Los resultados de la investigación, presentados y examinados en este artículo, apuntan a tres momentos distintos: el primero corresponde a la lucha por el territorio, el segundo se refiere a la gestión del espacio; y el tercero concierne al modo de vida de las poblaciones locales. Por lo tanto, los resultados informan la trayectoria de lucha, el modo de organización y también las características de las poblaciones que habitan/viven en el Vale do Jari.

Palabras clave | Agroextractivismo; RESEX; territorio; Vale do Jari.

Clasificación JEL | O13 Q15 R14.

Introdução

A Lei 9.985 de 18/07/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), diz que as unidades de conservação são espaços territoriais legalmente constituídos com objetivo de conservação dos recursos naturais e dos modos de vida da população local. Elas têm seus limites definidos com regime especial de administração e garantias de proteção (Machado; Costa; Vilani, 2012).

A Região Sul do estado do Amapá, compreendida pelos municípios de Mazagão, Laranjal do Jarí e Vitória do Jarí, vivenciou transformações de caráter político, organizacional e ambiental que tiveram início no final da década de 1980. As trajetórias apresentam grandes conquistas no cenário ambiental amapaense ao delimitar as Unidades de Conservação (UCs). Esses três municípios compreendem uma área de 46.787,9km² representando 32,6% do estado do Amapá, encontrando atualmente com 85,3% de seus espaços florestais (39.912,11 km²) protegidos por unidades de uso especial (Filocreão, 2007).

Essa região se apresenta através de relevantes áreas de extração vegetal, como castanhais, seringais e açazais, sendo estes responsáveis por boa parte da economia

local e pela tradição histórica da atividade de coleta no território amapaense. Este tipo de manejo florestal é considerado altamente promissor devido à conciliação com exploração e conservação ambiental, aliado, ainda, à existência de mercados potenciais ou consolidados nas esferas nacional e internacional (Ribeiro; Filocreão; Campos, 2009, p. 52).

Para garantir o direito à terra, os extrativistas se organizaram por meio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (Sintra), com parceria com o Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) e o Instituto de Estudos Amazônicos (IEA), os quais foram fundamentais para criação das áreas protegidas do sul do Amapá (Filocreão, 2007; Dos Reis, 2018). A gestão destas UCs ocorre de forma compartilhada entre instituições públicas e organizações sociais geridas pelos agroextrativistas.

O presente estudo tem como hipótese que a população agroextrativista do sul do Amapá se organizou para reivindicar seu direito de viver livre em um território historicamente marcado pela exploração de latifundiários e do grande capital. Portanto, supõe-se que a organização dos povos da Amazônia foi fundamental para criação de áreas protegidas por meio de pressão sobre a esfera governamental. A criação da Reserva Extrativista (Resex) do Rio Cajari garante o usufruto dos recursos naturais pelos povos tradicionais que realmente praticam o agroextrativismo de forma sustentável.

Este trabalho tem como objetivo investigar o processo histórico do agroextrativismo na região do Vale do Jari, com foco principal na Reserva Extrativista do Rio Cajari, suas lutas e organizações que colaboraram para o processo de criação da área protegida, de interesse dos agroextrativistas, frente aos grandes poderes fundiários e capitalistas.

Portanto, este trabalho se trata de uma pesquisa teórica e bibliográfica na qual teve como base artigos, teses, dissertações e leis. Utilizou-se de levantamento bibliográfico no Google acadêmico, periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e em documentos oficiais, com o objetivo de identificar os dados qualitativos que tratam do agroextrativismo na Amazônia e no Vale do Jari, das organizações políticas e a territorialização no Sul do Amapá. Utilizou-se como base os autores como: Filocreão (2007, 2014, 2022), Modesto (2013), Picanço (2005) e Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Como critério foram escolhidas dissertações e teses e artigos publicados em revistas acadêmicas. Este artigo de revisão foi realizado num período de quatro meses. No primeiro mês realizou-se a definição e levantamento de bibliografias, no segundo e no terceiro mês fez-se a revisão da bibliografia e no quarto mês realizou-se a elaboração deste artigo.

A historiografia da população agroextrativista da Resex Cajari foi o foco principal desse trabalho, tendo como problemática: quais as lutas travadas pela população tradicional para garantir o direito ao território historicamente preservado por estes

atores, e como estes estão organizados para continuar defendendo seu território, que até o presente momento ainda é reivindicado pelos herdeiros dos empreendimentos capitalistas e quais as principais atividades desenvolvidas nesse território.

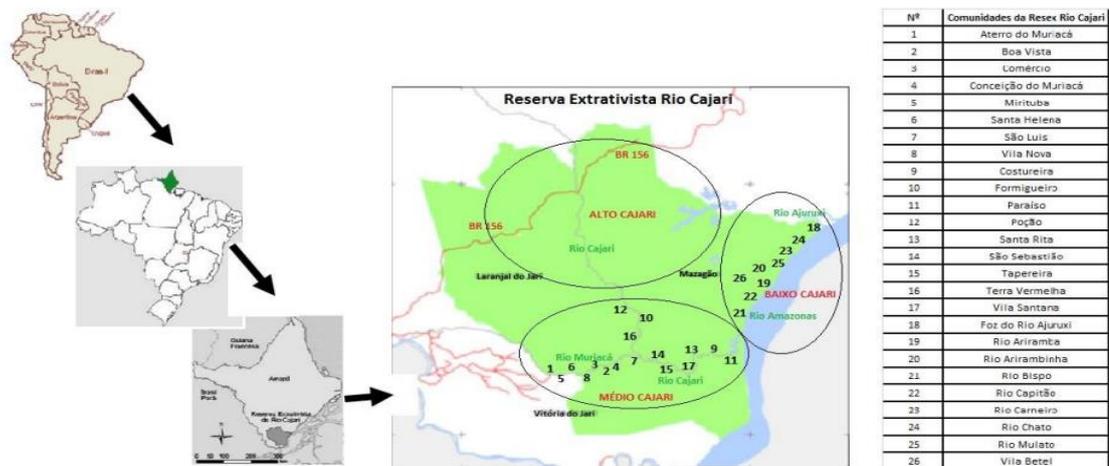
Constatou-se que o Vale do Jari passou por diversas transformações sociais e ambientais, porém, as populações buscaram, por meio de organizações coletivas, garantir seu direito de usufruir dos recursos naturais a partir da criação da Resex Cajari. As organizações de agroextrativistas, com apoio de entidades governamentais, fazem a gestão dessa área protegida. Contudo, grandes desafios ainda persistem, principalmente em relação a conflitos causados pela criação de bubalinos de forma extensiva no interior da Resex. As principais atividades realizadas pelos agroextrativistas da Resex Cajari são a coleta da castanha, coleta do fruto do açáí, agricultura e a criação de animais.

Localização e caracterização espacial da Reserva Extrativista do Cajari

A Reserva Extrativista do Rio Cajari está localizada na Região Sul do estado do Amapá, nas coordenadas 1°05'10"S e 51°46'36"W. A Resex do Rio Cajari localiza-se nos municípios de Laranjal do Jari, Mazagão e Vitória do Jari (Figura 1), possui uma área aproximada de 501.771 hectares e população de 4.164 habitantes (Freitas, 2013). É uma unidade de conservação de uso sustentável criada pelo Decreto 99.145 de 12 de março de 1990, gerida pelo Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), que tem por objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura de populações, assegurando o uso sustentável de seus recursos naturais (Ribeiro; Ximenes, 2009).

Esse território, devido sua grande extensão, está dividido em Baixo Cajari, Médio Cajari e Alto Cajari. Nota-se, também, que boa parte dos moradores do Baixo e do Médio Cajari se agregam às margens do rio, formando comunidades. Já as comunidades do Alto Cajari estão localizadas principalmente às margens da BR-156 (Paula Filho *et al.*, 2020).

Figura 1 – Localização da Reserva Extrativista Rio Cajari, Amapá, Amazônia, Brasil



Fonte: Paula Filho *et al.* (2020).

A Região Sul do Amapá possui grande importância econômica e ambiental devido à presença de grandes áreas de castanhais. Com o intuito de preservar essas áreas foram criados territórios protegidos, envolvendo o Assentamento Agroextrativista Maracá, Resex Cajari e Reserva de Desenvolvimento Sustentável Rio Iratapuru. Essas populações seguem um plano de utilização para desenvolverem as suas atividades tradicionais com equidade ambiental, ou seja, realizar suas atividades dentro de critérios de sustentabilidade econômica, ecológica e social (Ribeiro; Ximenes, 2009).

Processo histórico da territorialização no Sul do Amapá

A Região Amazônica tem uma história marcada por exploração socioambiental pelos grandes projetos capitalistas. No Sul do Amapá não foi diferente: desde o século XIX, um grande latifundiário, conhecido como “coronel” José Júlio, comandava grandes porções deste território, enriquecendo com a comercialização dos recursos naturais e a exploração dos povos que trabalhavam em troca de itens básicos. Porém,

Esse processo inicial de ocupação econômica se caracteriza por um acelerado movimento de expropriação concentração das terras nas mãos de um único comerciante que se torna seringalista, submetendo toda a população (a residente e a deslocada) da região ao processo de produção de riquezas através de formas de trabalho

compulsório, sendo o aviamento e a violência os principais mecanismos dessa submissão (Filocreão, 2002, p. 56-57).

A grande concentração de terras nas mãos de apenas uma pessoa se dava de forma irregular por meio de manobras cartoriais. Com sua influência política e seu poderio fundiário, o processo de grilagem de terra ficou acobertado naquele período. Com posse da terra, José Júlio exigia seu monopólio na negociação dos recursos extraídos pela população que habitava essas regiões. A negociação acontecia por meio da troca de mantimentos, ferramentas e munição com os extrativistas da região, no qual ofereciam-lhe as principais riquezas extraídas da floresta, como o látex da seringueira (*hevea brasiliensis*), da balata (*Mimisopia bidentata* A. DC) e a semente da castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa* H & B) (Picanço, 2005, p. 55). Esse processo garantia o controle de toda a área, pois essa negociação era desfavorável aos extrativistas. Tal modelo de negociação era comum na relação entre “coronéis” e extrativistas da época, conhecido como sistema de aviamento.

Após décadas de repressão dos povos e apropriação irregular de terras públicas, na década de 1940, José Júlio decidiu vender parte do imenso território ao sul do Amapá para um grupo de empresários portugueses. O objetivo dos empresários foi de manter sobre seu controle as terras que eram ricas em recursos extrativistas, como a castanha-do-pará e a seringa para retirar o látex, utilizando-se da mão de obra dos extrativistas que as gerações resistiam na região.

Para viabilizar seu empreendimento, foram criadas três empresas e diversificadas as atividades: (I) Jari Indústria e Comércio, a maior, comercializava os produtos extrativistas; (II) Companhia Industrial do Amapá, com sede em Jarilândia, implantou unidade de produção de aguardente que fornecia para a região do Jari e comerciantes de Belém, adquiriu equipamentos e iniciou a construção de uma fábrica de beneficiamento de castanhas oriundas das áreas de influência do rio Jari e vizinhanças e, (III) a Companhia de Navegação Jari S.A., compostas das mesmas embarcações adquiridas de José Júlio, que transportava os produtos entre as filiais e sedes e destas para o porto de Belém, principal mercado comprador (Picanço, 2005, p. 58).

Com o controle dos empresários portugueses, a liberação das áreas, que anteriormente eram proibidas para plantar, pescar e caçar, logo foram parcialmente liberadas. A companhia, além da exploração extrativista, incentivou a produção agrícola na região e a extração de madeira, principalmente em áreas que ocorriam poucos seringais, como no Alto Cajari (Filocreão, 2002, p. 59).

A companhia mesmo com a liberação de algumas outras atividades, ainda utilizava a estratégia de aviamento, no qual os produtos eram obrigados a serem comercializados nas filiais. Os responsáveis pelas filiais eram trabalhadores assalariados com carteira assinada, porém, acabavam recebendo seus salários apenas em mercadorias (Lins, 1991).

Em 1967, a empresa norte-americana Entreiros Comércio e Administração Ltda. (holding), pertencente ao grupo do milionário Daniel Ludwig, adquire essa porção territorial e a região passa a pertencer a um grande projeto capitalista, no qual criara a empresa Jari Florestal Agropecuária Ltda. que se tornou responsável por iniciar as atividades voltado ao setor florestal e agropecuário (Modesto, 2013, p. 35). Com o discurso de modernização e controle da Região Norte, o governo militar priorizou o investimento capitalista no território (Gohn, 2012, p. 56).

O projeto visava transformar o Vale do Jari em um grande polo econômico, com larga produção de celulose. O projeto, fortemente apoiado pelo governo militar, iniciou suas atividades de forma avassaladora sobre a floresta – que anteriormente era de uso dos extrativistas – derrubando grandes áreas e transformando em monocultura (Greissing, 2010, p. 45).

O Jari já foi projetado para realizar grandes transformações nos espaços social e natural. O intuito era derrubar 200.000 hectares de floresta nativa e introduzir espécies exóticas para a produção de celulose, 15.000 hectares de arroz, cana-de-açúcar, criação de 100.000 cabeças de bovinos e 40.000 cabeças de bubalinos (Picanço, 2005, p. 62).

O empreendimento visava, ainda, avançar no setor de mineração, no qual exploraria o caulim, através de uma subsidiária (Companhia Caulim da Amazônia). O produto seria utilizado no processo de branqueamento de papel e também na mineração de bauxita refratária (alumínio) no local que hoje se encontra o município de Vitória do Jari. O trabalho seria feito por outra subsidiária do grupo Jari, a Mineração Santa Patrícia Ltda. Além disso, o grupo pretendia também construir 13 vilas e uma barragem para abastecer todo seu complexo industrial (Sautchuk; Carvalho; Gusmão, 1979).

A empresa necessitaria de numerosos recursos humanos para desenvolver suas atividades, então surgiria a necessidade de contratação de grande quantidade de mão de obra. Isso atraiu milhares de pessoas de outras regiões, principalmente nordestinos e nortistas para as proximidades do empreendimento em busca de emprego. Segundo Nascimento (2018, p. 162):

De fato, com a implantação da empresa Jari Celulose, entre as décadas de 1960 e 1970, com sede em Monte Dourado, no município de Almeirim-PA, estimulou a migração, principalmente da região norte e nordeste, propiciando o crescimento populacional da área sul do Estado do Amapá, em concentrações como o da

“Vila do Beiradão” (margem esquerda do rio Jari), área fronteira de Monte Dourado.

A inserção do grande capital em uma região que antes era inteiramente extrativista e agrícola causou grandes confusões no modo de vida tradicional das populações que sempre estiveram presentes neste território (Gohn, 2012, p. 44). De certa forma, este empreendimento herdou as relações de aviação, implantando em sua estrutura as tecnologias mais recentes daquela época (Filocreão, 2002, p. 62).

Organização política e desenvolvimento social na Reserva Extrativista do Rio Cajari

Porém, na contramão desses grandes projetos capitalistas, temos a resistências das populações tradicionais, que buscam garantir sua subsistência em consonância com a preservação ambiental da mesma forma que fora herdado de seus ancestrais (Dos Reis, 2018, p. 51).

Sabe-se que a área em que está localizada a Resex do Rio Cajari ainda é um território em disputa. Ainda atualmente, empresas do Projeto Jari reclamam grandes porções desta região com a justificativa de que não foi realizada sua desapropriação (Picanço, 2005). Por outro lado, destaca-se que a legislação que institucionalizou este modelo de Unidades de Conservação não prevê a desapropriação, uma vez que estes territórios estão em áreas prioritárias de interesse ecológico e ambiental.

Para garantir a eficácia das lutas por um território legalmente constituído, os povos locais se uniram aos movimentos liderados por Chico Mendes, no estado do Acre, no final da década de 1980. As lideranças do Sul do Amapá, se uniram ao CNS, o qual se tornou um importante instrumento de luta em favor da criação das áreas protegidas.

Na tentativa de integração da Amazônia, na década de 1990, grandes empreendimentos públicos e privados – de forma exploratória e predatória – levaram a graves problemas ambientais e sociais à região, resultando em aumento de conflitos agrários (Filocreão, 2014).

Com a ajuda da Igreja Católica, a população extrativista se organiza por meio de um Sindicato Unificado em Todo o Território do Amapá (Sintra) como um início da organização do CNS como movimento social dos extrativistas do Sul do Amapá. O CNS, por sua vez direciona sua atuação ao sul do Amapá devido à existência de uma grande massa de extrativistas nessa região (Dos Reis, 2018, p. 67).

Dos Reis (2018) destaca, ainda, que na busca por direitos de sobreviver como agroextrativistas em seus territórios historicamente ocupados por pescadores, seringueiros, agricultores familiares, movimentos de camponeses, criam um

conselho que pôde representá-los, hoje denominado como Conselho Nacional Das Populações Extrativistas (CNS).

O CNS associado a organizações ambientalistas, nacionais e internacionais forma um importante instrumento para pressionar o governo brasileiro a criar as reservas extrativistas por meio de decreto no ano de 1990, o que daria a garantia do direito à terra aos povos extrativistas (Castells, 2010, p. 423; Filocreão, 2014).

Os extrativistas, agora organizados, conseguem vantagens em suas lutas. Tal momento foi marcado por pressão aos governantes, que, por sua vez, estariam impressionados com os discursos ambientalistas internacionais. Naquele período diminuíram os conflitos de governos e movimentos sociais (Modesto, 2013, p. 42).

A cogestão na Reserva Extrativista do Rio Cajari

A Reserva Extrativista do Rio Cajari, é uma unidade de conservação que visa proteger os recursos naturais e o modo de vida das populações locais. Trata-se de uma área de concessão pertencente do governo federal, na qual é gerida por um conselho deliberativo, entidade máxima de gestão, na qual é composta por organizações representativas dos agroextrativistas, por universidades e instituições de pesquisa e esfera governamental. A gestão, fiscalização e execução de políticas de territórios fica sob a responsabilidade do Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade (ICMBio) (Brasil, 2000).

A Reserva Extrativista do Rio Cajari, sendo um novo modelo no projeto de reforma agrária no Brasil, foi, gradativamente, delineando seus rumos a partir dos preceitos da sustentabilidade e da gestão compartilhada entre entidades públicas e organizações não governamentais constituída por moradores da Resex. Contudo, a falta de formação básica dos agroextrativistas tornou o planejado desenvolvimento sustentável um processo lento que ainda busca a estruturação, mesmo após 30 anos de criação das UCs.

O Conselho Nacional das Populações Extrativistas foi uma importante instituição para garantir a criação e o funcionamento da reserva. Modesto o define como:

Uma associação civil, sem subordinação partidária ou sindical, e os membros envolvidos poderiam ser “trabalhadores extrativistas” e perante a criação das RESEX’s tanto o CNS quanto estas UC’s ganharam bastante expressão no cenário histórico sendo amplamente debatidos por diferentes setores sociais governamentais, não governamentais, partidos políticos, universidades, instituições de pesquisas e movimentos sociais, passando a dar visibilidade aos seringueiros, que permaneciam

propositalmente invisíveis perante a esfera de governo (Modesto, 2013, p. 62).

No interior da Resex Cajari, em 1991, criou-se a Associação dos Trabalhadores Extrativistas da Reserva Extrativista do Rio Cajari (Astex-CA). A entidade era responsável por fazer a gestão dentro da unidade, preservar a biodiversidade, garantir o direito das populações locais de praticar o extrativismo sustentável, bem como receber e gerir os projetos destinados para a reserva. Com apoio do CNS, a Astex-CA tinha a missão de completar as etapas probatórias para garantir o título de concessão de uso da reserva, realizar levantamentos populacionais e econômicos, a elaboração do Plano de Uso da Resex, como também resolver questões fundiárias, denunciar invasões e mau uso da reserva, além de gerenciar a questão produtiva em todo o território da UC (Filocreão, 2007).

Tentando gerir uma grande faixa de território, a Astex-CA, em 1995, recebe recursos do Programa Piloto para a Proteção da Floresta Tropical (PPG7), que tinha como objetivo melhorar a gestão das organizações sociais, fortalecimento da saúde e educação das áreas protegidas (Scholz, 2002).

Com uma grande área de atuação, a organização que atuava na gestão desse território não consegue alcançar satisfatoriamente toda a população agroextrativista da Resex e, assim surgem mais duas organizações. A primeira foi a Associação dos Produtores Agroextrativistas do Médio Cajari (Asscajari), criada em 1999 e legalizada somente em 2003, ficando responsável por gerir as regiões do Médio e Baixo Cajari e do rio Muriacá. Além disso, fundou-se a Associação dos Moradores Agroextrativistas do Cajari (Amaex-CA), também criada em 1999, atuante nas regiões do rio Ajuruxi e no litoral do rio Amazonas, pertencente à Resex (Filocreão, 2007).

Mesmo com as novas organizações formadas, as comunidades da região do Baixo Cajari tinham problemas na gestão dos seus produtos extrativistas. No entanto, em 1994, a Astex-CA juntamente com o CNS trabalham na implantação de um projeto para aproveitar as áreas de açazais recorrente nestas regiões. Com apoio financeiro do World Wildlife Fund (WWF), trataram de implantar uma unidade de beneficiamento de palmito de açaí. Para fazer a administração e comercialização do produto foi necessário formar uma nova organização, a Cooperativa dos Trabalhadores Agroextrativistas da Reserva do Rio Cajari (Cooperca) (COSTA, 2015).

Ainda, para viabilizar o processo da gestão da Resex Cajari, foram criadas mais algumas organizações, como a Cooperativa Mista dos Produtores Agroextrativistas dos Trabalhadores do Alto Cajari (Cooperalca), a Associação das Mulheres do Cajari (Amac), a Associação de Mulheres do Baixo Cajari (Ambac) e a Associação dos Moradores e Produtores da Cadeia da Sociobiodiversidade em Atividades na Reserva Extrativista dos Rios Cajari e Muriacá (Aciobio).

Características das populações tradicionais da Reserva Extrativista do Rio Cajari

A Reserva Extrativista do Rio Cajari é uma unidade de conservação de uso sustentável na qual habitam populações que desenvolvem seus sistemas produtivos com estreita simbiose com a natureza (Penha *et al.*, 2019). Porém, nota-se que, contraditoriamente, estes povos hora estão no processo de coleta de castanha, açaí, bacaba e em outro momento estão praticando a agricultura de corte e queima.

Em depoimento ao Projeto Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial, 2014, p. 3, o agroextrativista relata que:

Quando pegaram o nome pequeno agricultor nos esconderam por muitos anos por sermos agricultor e nós não somos agricultor do jeito que o conceito de agricultor é usado pelo Ministério da Agricultura, pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário usam. Nós somos agricultores diferenciados (Sr. Pedro Ramos de Sousa).

Porém, produtos do extrativismo como o açaí, a castanha e outros são sazonais, ou seja, em determinados momentos não estão disponíveis para coleta. Por isso, estes trazem consigo uma característica específica e, por isso, são denominados de população agroextrativista.

Nesse território habitam 3.800 pessoas distribuídas em 65 comunidades. Essas comunidades estão distribuídas em três sub-regiões no interior da Resex, denominadas de Alto, Baixo e Médio Cajari. Essas comunidades apresentam suas características específicas e contam com algumas estruturas, como postos de saúde, escolas, sistemas de geração de energia através de geradores acoplados a motores a diesel. Porém, nota-se que alguns agroextrativistas tentam acessar novos recursos como painéis de energia fotovoltaicas, internet via satélite e outros.

No Alto da Resex são predominantes as áreas de terras firmes, onde ocorrem as principais regiões de castanhais – fundamentais para a ocupação desse espaço territorial. Essa região também é cortada pela BR-156, rodovia que possibilita o escoamento de produção para as cidades de Macapá e Laranjal do Jari.

Algumas pessoas, preferem residir em suas colocações, local onde coletam seus produtos, praticam a agricultura de subsistência e criam pequenos animais para venda ou troca nas comunidades maiores. Geralmente, os extrativistas buscam recursos nos vilarejos maiores, como o caso de Água Branca do Cajari, local que cresceu no entorno de uma antiga filial portuguesa. Essa comunidade conta com posto de saúde, escolas do primeiro e segundo graus, escritório de extensão rural do Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá (Rurap), mercearias, igrejas

católica e evangélica, sede de associação e da cooperativa, além de feira de produtos agroextrativistas.

O Médio Cajari consiste em uma região alagadiça composta por terras firmes, em nível mais elevado, onde os agroextrativistas costumam, caçar, coletar frutos e madeira, fazer seus roçados, principalmente de mandioca e criação de alguns animais para subsistência. Vale ressaltar que o cultivo de mandioca (*Manihot esculenta*) é de maior presença nesses estabelecimentos ou colocações, assim denominadas pelos moradores, logo, a produção de farinha de forma artesanal é uma das principais atividades realizadas (Figura 2).

Figura 2 – Roçado de mandioca e produção de farinha no Médio Cajari



Foto: Imagens do autor.

Nessa região, há a presença de faixas de açazais nativos nas cabeceiras dos igarapés, no qual já foi explorado pelos moradores para extração de palmitos, notando que essa atividade chamava a atenção de pessoas de fora da Resex. Manoel Domingos Lopes relata as conquistas e diferenças deste período:

Naquela época pra hoje tem uma diferença muito grande. Veja bem: no Cajari, por exemplo, foi um dos que mais deu palmiteiros do estado do Pará, aqui pra nós nessa região. Todas essas comunidades aqui tinha 50, 60 palmiteiros e hoje não tem, o pessoal não consente, porque a coisa mudou. O pessoal já pensa em manejo, já trabalham tudo no manejo, já sabem como manejar. Na nossa região aqui é açazeiro que a gente conhece. Não é verdade pessoal? (Projeto Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial 2012, p. 4)

Chegou a ser implantada uma fábrica de beneficiamento na comunidade de Conceição do Muriacá, com apoio do Fundo Mundial para a Natureza, sendo administrada pela Cooperativa dos Produtores Agroextrativistas da Reserva do Rio Cajari (Cooperca), porém, está desativada. Por outro lado, a coleta do fruto de açaí tornou-se uma atividade constante em conjunto com a coleta de castanha-do-pará, a agricultura e a criação de animais.

Nessa região são abundantes as áreas de planícies alagáveis que formam grandes extensões de pastagens, na qual o projeto Jari desenvolvia a criação extensiva de bovinos e bubalinos. Com o encerramento das atividades da Jari, os funcionários que decidiram permanecer no interior da Resex foram indenizados com rebanhos, os quais ainda é um dos principais motivos dos conflitos ocorridos nesta região. Esses animais circulam livremente por estes campos e acabam invadindo e destruindo as áreas de agricultura (Figura 3). Esses fatos foram evidenciados na fala de Manoel Domingos Lopes:

[...] esse gado aqui é um dos que mais acaba com a roça dos companheiros aqui da Reserva e o gado dele invade pra todo lado aí, porque ele é criado por conta da natureza e está aqui localizada a fazenda próximo do Muriacá no município de Mazagão e assim sucessivamente.

Figura 3 – Criação de búfalos na região do Médio Cajari



Foto: Imagem do autor.

A região do Baixo da Reserva Extrativista do Rio Cajari compreende as áreas que formam os igapós nas margens do rio Cajari até as margens do rio Ajuruxi e a faixa de influência do rio Amazonas, que fica entre esses dois rios. Nessas áreas, onde são predominantes as várzeas, costuma-se desenvolver os açazais nativos, os quais

são manejados pelos agroextrativistas da região. A principal fonte de renda vem da comercialização do fruto da palmeira, bem como dos palmitos que são extraídos no momento do manejo das áreas (Figura 4).

Figura 4 – Agroextrativista realizando a debulha do açaí



Foto: Francisco Penha.

Nesta região também é realizada a agricultura, porém, de maneira limitada e em determinados períodos do ano, quando os rios estão baixos. Nesses momentos, a fertilidade das margens e igarapés dos rios é aproveitada para a produção de culturas de ciclos curtos, como a melancia, jerimum, milho, feijão, hortaliças e outros. A pesca também é uma das atividades realizadas nessa região. Nas localidades próximas ao rio Amazonas pesca-se o camarão, filhote, pacu e outros.

Considerações finais

Analisando o processo histórico da porção Sul do Amapá, constatou-se que esta região sempre foi explorada por grandes latifundiários e projetos capitalistas que subordinavam a população local por meio da negociação desfavorável para o agroextrativista. Nota-se, também, que o projeto Jari causou grandes transformações sociais e ambientais no território estudado. A derruba de grandes áreas, criação de bubalinos e controle sobre a população local foram marcas desse projeto. Porém, os agroextrativistas organizam-se para reivindicar o direito à terra, do qual garantiam sua subsistência com o cuidado com a preservação ambiental.

A criação das áreas protegidas só foi possível por meio de mobilização e da organização dos povos tradicionais aliando-se ao Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) e outras organizações governamentais e não governamentais. A Resex-CA, ao sul do Amapá, porém, foi uma grande inovação institucional, na qual garante o direito dos povos à terra, de coletarem e praticarem suas atividades de subsistência, baseados nos preceitos da sustentabilidade.

Para fazer a gestão do território que foi conquistado, os agroextrativistas formaram suas próprias instituições que colaboraram para o desenvolvimento sustentável da comunidade. A Astex-CA foi um grande instrumento para promover o desenvolvimento sustentável na região. Porém, a grande extensão territorial da Resex Cajari limitou a organização em sua atuação, quando se fez necessária a criação de novas entidades representativas, como a Asscajari e a Cooperca, no Médio Cajari, e a Amaex, no Baixo Cajari, entre outras organizações que contribuem para a gestão deste território. Observa-se que a gestão desse território é uma tarefa complexa devido aos conflitos recorrentes entre os membros das organizações. Nota-se, ainda, que as estruturas formadas para o beneficiamento dos produtos locais encontram-se desativados devido à falta de suporte técnico.

A população que hoje integra a Reserva Extrativista do Cajari é formada por povos que desenvolvem atividades diversas, sendo as principais o extrativismo da castanha do açaí, a produção agrícola e a criação de animais, portanto, estes se denominam como agroextrativistas. Detectou-se, ainda, que a criação de bubalinos segue recorrente na UC, sendo uma das principais causas de conflitos entre os agroextrativistas e os criadores.

Referências

BRASIL. **LEI nº 9.985, de 18 de julho de 2000.** Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências Diário Oficial da União. Brasília/DF, 19 jul. 2000.

PROJETO MAPEAMENTO SOCIAL. **Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial contra o Desmatamento e a Devastação:** processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais: Extrativistas da RESEX Rio Cajari em ação, Amapá. Manaus: UEA Edições, n. 24, 2014.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** São Paulo, Paz e Terra, 2010.

COSTA, José Newton. A ação coletiva na cogestão dos espaços territoriais e recursos naturais de uso coletivo na reserva extrativista do rio Cajari. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 8, n. 1, p. 75-92, 2015.

DOS REIS, Marlon. **Os movimentos sociais no Sul do Amapá:** a trajetória do Conselho Nacional das Populações Extrativistas. 2018, 117f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Federal do Amapá.

FILOCREÃO, A. S. M. **Extrativismo e capitalismo na Amazônia:** a manutenção, o funcionamento e a reprodução da economia extrativista do sul do Amapá. Macapá, 2002. 169p.

FILOCREÃO, A. S. M. **Agroextrativismo e capitalismo na Amazônia:** as transformações recentes no agroextrativismo do Sul do Amapá. 2007, 542f. Tese (Doutorado em Ciências: Desenvolvimento socioambiental). Universidade Federal do Pará, Belém.

FILOCREÃO, A. S. M. **A história do agroextrativismo na Amazônia Amapaense.** Macapá: UNIFAP, 2014.

FILOCREÃO, A. S. M. **Extrativismo e capitalismo na Amazônia:** a manutenção, o funcionamento e a reprodução da economia extrativista do Sul do Amapá. Macapá: SEMA, 2022. 169p.

FREITAS, T. L. P. **A exploração da castanha-do-brasil na RESEX do Rio Cajari.** 2013. 109f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Federal do Amapá, Macapá.

GOHN, M. G. **Teoria dos movimentos sociais paradigmas clássicos e contemporâneos.** Edições Loyola: São Paulo, 2012. 253 p.

GREISSING, Ana. A região do Jari, do extrativismo ao agronegócio: as contradições do desenvolvimento econômico na Amazônia florestal no exemplo do projeto Jari. **Revista de Estudos Universitários – REU**, Sorocaba, SP, v. 36, n. 3, 2010.

LINS, Cristóvão. **Jari: 70 anos de história**. Dataforma, 2001.

MACHADO, C. J. S.; COSTA, D.R.T.R.; VILANI, R.M. A análise do princípio da participação social na organização federal dos conselhos gestores de unidades de conservação e mosaicos: realidade e desafios. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 8, n. 3, p. 50-75, 2012.

MODESTO, C. T. M. **RESEX Cajari no sul do amapá: processo histórico da organização política**. 2013. 144f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Federal do Amapá, Macapá.

NASCIMENTO, Marília Pantoja do. **Laranjal do Jari: uma proposta para a escrita de livros didáticos e ensino de história local no Amapá**. Dissertação (Mestrado em Ensino de História), Universidade Federal do Amapá, 2018, 171f.

PAULA FILHO, Galdino Xavier de; RIBEIRO, Advair Freitas; MORAES, Alcidete Flexa; PENHA, Willis Freitas; Borges, Wardson Lustrino; SANTOS, Ricardo Henrique. Etnobotanical knowlndge on nom-conventional food and medicinal plants in Rio Cajari Extractivist Reserve, Amazon, Brazil. **Journal of Etnobiology and Etnomedicine**, v. 3, p. 1-25, 2020.

PENHA, W. F.; CHUCRE, S. B.; SALGADO, J. V. LEÃO, J. M. PAULA FILHO, G. X. Agroecologia e produção orgânica no território sul do estado do Amapá. In: XI Congresso Brasileiro de agroecologia. **Anais...** Aracaju, SE: ABA/UFS, 2019.

PICANÇO, J. R. A. **Reserva Extrativista do Rio Cajari: verso e reverso da territorialização no sul do Amapá**. 2005. 161f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

RIBEIRO, Adalberto Carvalho; FILOCREÃO, Antônio Sérgio Monteiro; CAMPOS, Índio. A Socioeconomia da Castanha-do-Pará no Estado do Amapá. In: KANZAKI, Luís Isamu Barros. **Desenvolvimento Sustentável em Áreas de Extrativismo da Castanha do Brasil no Sul do Amapá: ecologia, socioeconomia, microbiologia, físico-química**. Belém: Banco da Amazônia, 2009. p. 51-117.

RIBEIRO, Adalberto Carvalho; XIMENES, Tereza. Redes sociais no cooperativismo da castanha-do-brasil em áreas agroextrativistas na região sul do Estado do Amapá. **Pará: Revista de Estudos Sociais**, ano 11, n. 21, v. 1, 2009.

SAUTCHUK, Jaime; CARVALHO, Horácio Martins de; GUSMÃO, Sérgio Buarque de. **Projeto Jari**: a invasão americana – as multinacionais estão saqueando a Amazônia. São Paulo: Editora Brasil Debates, 1979.

SCHOLZ, Imme. **O desenvolvimento de instituições de política ambiental na Amazônia a partir de 1992**: a contribuição do PPG7. GTZ/Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado do Pará, Subprograma de Política de Recursos Naturais (SPRN). 15p, 2002.

Data de submissão: 23/06/2023

Data de aprovação: 03/06/2024

Revisão: Daniela Matthes (português), Ana Clara Medina Menezes de Souza (inglês) e Yanet María Reimondo Barrios (espanhol).

Willis Freitas Penha

Secretaria Municipal de Educação de Laranjal do Jari

Reserva Extrativista do Rio Cajari, s/n

68920-000 Laranjal do Jari/AP, Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-9031-4298>

E-mail: willis.penha@gmail.com

Danilo Sorato Oliveira Moreira

Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro

Av. Cesário de Melo, 4180 – Campo Grande

23050-100 Rio de Janeiro/RJ, Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8438-3579>

E-mail: danilosorato@hotmail.com